

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2018)

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO

Exercício de 2018



1 de 1

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
 Acesso em: https://cctc.tce.go.gov.br/pep/validaDocumento.aspx?CodigoDoDocumento: a228510a-65f05-4de9-8596-75c6c22eaa6e

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	73.835,55	125.983,04	PESSOAL E ENCARGOS	7.425.606,32	7.181.723,29
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	73.835,55	125.983,04	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	6.741.189,93	6.601.119,10
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	11.751.430,82	10.461.084,23	ENCARGOS PATRONAIS	684.416,39	580.604,19
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	5.407.232,25	4.782.867,86	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	2.900.052,71	2.526.899,96
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	6.344.198,57	5.678.216,37	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.757.465,58	1.781.560,62
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,11	0,00	SERVIÇOS	1.142.587,13	745.339,34
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,11	0,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	4.430,02	1.407,41
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	49.347,55	JUROS E ENCARGOS DE MORA	4.430,02	1.407,41
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	49.347,55	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	106.706,21	91.202,40
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	11.825.266,48	10.636.414,82	INCENTIVOS	106.706,21	91.202,40
TOTAL	11.825.266,48	10.636.414,82	TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	10.436.795,26	9.801.233,12
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	1.388.471,22	835.181,70
			TOTAL	11.825.266,48	10.636.414,82

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Dezembro(31/12/2018)
ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO

Exercício de 2018



2 de 2

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	569.355,26	329.259,05
INVESTIMENTOS	569.355,26	329.259,05

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a228510a-65b5-4de9-8596-75c6c22eaab6

Da lei nº 1.044/2018 de 28/11/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021;
Lei 1.036/2017 de 19/09/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018;
Lei 1.043/2017 de 28/11/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Condado para o exercício de 2018;
Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2018 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, na maioria dos órgãos. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Saúde de Condado, referente ao exercício financeiro de 2018, está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da Prefeitura Municipal durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas. Em 2017 e 2018 não foram deduzidas as receitas e despesas intraorçamentárias na DVP, conforme demonstrativo.

1. Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas, sendo:

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos: Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras: Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras.

Transferências e Delegações Recebidas: Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores.

2. Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo:

Pessoal e Encargos: além dos registros das despesas executadas com a remuneração do pessoal ativo da entidade e os encargos patronais, neste grupo temos o registro patrimonial das obrigações com provisão de 13º salário e férias, e seus respectivos encargos patronais, que são registrados mensalmente mediante informações encaminhadas pelo setor de pessoal.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação do ente público. Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras: Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.



Transferências e Delegações Concedidas: Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais (câmara municipal), instituições privadas sem fins lucrativos.

Desvalorização e Perdas de Ativos: Compreendem a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias.

Tributárias: Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas ao pagamento de despesas com o PASEP.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores.

3. Variações Patrimoniais Qualitativas

As Incorporações de Ativo se referem ao saldo total de aquisições de itens do imobilizados, referentes a bens móveis e imóveis contabilizados como despesa de capital no grupo 4.4.00.00. Os resultados das variações patrimoniais qualitativas apresentam um saldo de R\$ 569.355,26, sendo este 42,12% maior que o resultado positivo de 2017 num valor total de R\$ 239.826,21.

4. Análise do Demonstrativo

O resultado econômico apurado no exercício entre as variações aumentativas e diminutivas apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 1.388.471,22.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2018, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Prefeito Municipal

JENILSON DE MORAES CLEMENTE
Responsável pelo Controle Interno

MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
Contadora CRC PE nº 020611/0-4



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO



1 de 1

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
 Acesso em: https://cctc.leg.br/gov.br/ppp/validaDocumento.aspx?codigo_documento: a228510a-65f5-4de9-8596-75c6c22eaa6e

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	47.599,35	93.585,22	PESSOAL E ENCARGOS	14.324.448,69	14.328.595,85
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	47.599,35	93.585,22	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	11.725.996,52	12.081.588,67
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	18.413.665,48	16.952.975,54	ENCARGOS PATRONAIS	2.594.874,41	2.247.007,18
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.126.318,20	3.127.064,50	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCAF	3.577,76	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	14.287.347,28	13.825.911,04	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	2.269.299,70	1.992.446,82
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.854,05	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.215.199,73	837.079,99
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.854,05	0,00	SERVIÇOS	1.054.099,97	1.155.366,83
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	18.468.118,88	17.046.560,76	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	117,06	4,89
TOTAL	18.468.118,88	17.046.560,76	JUROS E ENCARGOS DE MORA	117,06	4,89
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	143.015,69	0,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	143.015,69	0,00
			TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	16.736.881,14	16.321.047,56
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	1.731.237,74	725.513,20
			TOTAL	18.468.118,88	17.046.560,76

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2018)

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO

Exercício de 2018



2 de 2

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	1.243.167,05	1.064.376,41
INVESTIMENTOS	1.243.167,05	1.064.376,41

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a228510a-65b5-4de9-8596-75c6c22eaab6

NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Educação de Condado é uma pessoa jurídica de direito público interno representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área de Educação Pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal nº 948/2013, o Fundo Municipal de Educação de Condado surgiu inscrita sobre o CNPJ 19.607.525/0001-18, estando atualmente localizada na Praça 11 de Novembro, 88, Centro de Condado, representando entidade na administração pública no referido município, sendo a sede na Prefeitura Municipal.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br e transparencia.condado.pe.gov.br.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Educação do Município de Condado integra a Prestação de Contas Anual do Prefeitura Municipal de Condado e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Fundo de Educação, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;



Da lei nº 1.044/2018 de 28/11/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021;
Lei 1.036/2017 de 19/09/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018;
Lei 1.043/2017 de 28/11/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Condado para o exercício de 2018;
Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2018 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, na maioria dos órgãos. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Educação de Condado, referente ao exercício financeiro de 2018, está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio Prefeitura Municipal durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas. Em 2017 e 2018 não foram deduzidas as receitas e despesas intraorçamentárias na DVP, conforme demonstrativo.

1. Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas, sendo:

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos: Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras: Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras.

Transferências e Delegações Recebidas: Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores.

2. Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo:

Pessoal e Encargos: além dos registros das despesas executadas com a remuneração do pessoal ativo da entidade e os encargos patronais, neste grupo temos o registro patrimonial das obrigações com provisão de 13º salário e férias, e seus respectivos encargos patronais, que são registrados mensalmente mediante informações encaminhadas pelo setor de pessoal.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação do ente público. Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras: Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.



Transferências e Delegações Concedidas: Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais (câmara municipal), instituições privadas sem fins lucrativos.

Desvalorização e Perdas de Ativos: Compreendem a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias.

Tributárias: Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas ao pagamento de despesas com o PASEP.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores.

3. Variações Patrimoniais Qualitativas

As Incorporações de Ativo se referem ao saldo total de aquisições de itens do imobilizados, referentes a bens móveis e imóveis contabilizados como despesa de capital no grupo 4.4.00.00. Os resultados das variações patrimoniais qualitativas apresentam um saldo de R\$ 1.243.167,05, sendo este 14,38% maior que o resultado positivo de 2017 num valor total de R\$ 178.790,64.

4. Análise do Demonstrativo

O resultado econômico apurado no exercício entre as variações aumentativas e diminutivas apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 1.731.237,74.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2018, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Prefeito Municipal

JENILSON DE MORAES CLEMENTE
Responsável pelo Controle Interno

MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
Contadora CRC PE nº 020611/0-4



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2018)

ISOLADO:4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONDADO

Exercício de 2018



1 de 1

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
 Acesso em: https://cctc.tce.go.gov.br/epi/validaDocumento.aspx?CodigoDoDocumento: a228510a-65f05-4de9-8596-75c6c22eaa6e

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	9.061,82	15.331,18	PESSOAL E ENCARGOS	936.631,38	866.291,18
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	9.061,82	15.331,18	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	832.446,55	759.633,44
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.525.365,33	1.774.373,46	ENCARGOS PATRONAIS	104.184,83	106.657,74
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.014.413,02	1.024.128,73	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	738.764,77	585.766,96
TRANSFERÊNCIAS INTER GVERNAMENTAIS	510.952,31	750.244,73	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	187.350,74	172.829,89
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	1.534.427,15	1.789.704,64	SERVIÇOS	551.414,03	412.937,07
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)	189.058,76	0,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	89,76	7,62
TOTAL	1.723.485,91	1.789.704,64	JUROS E ENCARGOS DE MORA	89,76	7,62
			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	48.000,00	48.000,00
			TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	48.000,00	48.000,00
			TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	1.723.485,91	1.500.065,76
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	0,00	289.638,88
			TOTAL	1.723.485,91	1.789.704,64

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2018)

ISOLADO:4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONDADO

Exercício de 2018



2 de 2

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	87.528,65	18.741,50
INVESTIMENTOS	87.528,65	18.741,50

NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Condado é uma pessoa jurídica de direito público interno representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área Assistência Social Pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal nº 690/1997, o Fundo Municipal de Assistência Social de Condado surgiu inscrita sobre o CNPJ 12.804.634/0001-86, estando atualmente localizada na Praça 11 de Novembro, 88, Centro de Condado, representando entidade na administração pública no referido município, sendo a sede na Prefeitura Municipal.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br e transparencia.condado.pe.gov.br.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Condado integra a Prestação de Contas Anual do Prefeitura Municipal de Condado e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Fundo Municipal de Assistência Social, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;



Da lei nº 1.044/2018 de 28/11/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021;
Lei 1.036/2017 de 19/09/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018;
Lei 1.043/2017 de 28/11/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Condado para o exercício de 2018;
Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.
Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2018 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, na maioria dos órgãos. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de Condado, referente ao exercício financeiro de 2018 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da Prefeitura Municipal durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas. Em 2017 e 2018 não foram deduzidas as receitas e despesas intraorçamentárias na DVP, conforme demonstrativo.

1. Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas, sendo:

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos: Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras: Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras.

Transferências e Delegações Recebidas: Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores.

2. Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo:

Pessoal e Encargos: além dos registros das despesas executadas com a remuneração do pessoal ativo da entidade e os encargos patronais, neste grupo temos o registro patrimonial das obrigações com provisão de 13º salário e férias, e seus respectivos encargos patronais, que são registrados mensalmente mediante informações encaminhadas pelo setor de pessoal.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação do ente público. Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras: Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.





Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Acesse em: <https://pe.tribe.gov.br/validarDoc.aspx?Codigo=documento=20185104-65b5-4d00-88596-75c6c22eaa0e>

Transferências e Delegações Concedidas: Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais (câmara municipal), instituições privadas sem fins lucrativos.

Desvalorização e Perdas de Ativos: Compreendem a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias.

Tributárias: Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas ao pagamento de despesas com o PASEP.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores.

3. Variações Patrimoniais Qualitativas

As Incorporações de Ativo se referem ao saldo total de aquisições de itens do imobilizados, referentes a bens móveis e imóveis contabilizados como despesa de capital no grupo 4.4.00.00. Os resultados das variações patrimoniais qualitativas apresentam um saldo de R\$ 87.528,65, sendo este 27,24% maior que o resultado positivo de 2017 num valor total de R\$ 68.787,15.

4. Análise do Demonstrativo

O resultado econômico apurado no exercício entre as variações aumentativas e diminutivas apresentaram um Déficit Patrimonial no valor de R\$ 189.058,76.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2018, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Prefeito Municipal

JENILSON DE MORAES CLEMENTE
Responsável pelo Controle Interno

MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
Contadora CRC PE nº 020611/0-4



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2018)

ISOLADO:8 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Exercício de 2018



1 de 1

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
 Acesso em: https://cctce.tce.go.gov.br/emp/validaDocumento.aspx?Codigo=documento:4228510a-65f05-4de9-8596-75c6c22eaa6e

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	44,41	59,12	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	335.308,76	146.505,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	44,41	59,12	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	21.931,00	18.115,61
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	391.649,06	182.971,26	SERVIÇOS	313.377,76	128.390,33
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	391.649,06	182.971,26	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	24.000,00	24.000,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	391.693,47	183.030,38	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	24.000,00	24.000,00
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)	0,00	153,62	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	12.678,04
TOTAL	391.693,47	183.184,00	PREMIAÇÕES	0,00	12.678,04
			TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	359.308,76	183.184,00
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	32.384,71	0,00
			TOTAL	391.693,47	183.184,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2018)

ISOLADO:8 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Exercício de 2018



2 de 2

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	7.006,10
INVESTIMENTOS	0,00	7.006,10

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a228510a-65b5-4de9-8596-75c6c22eaab6

NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Cultura de Condado é uma pessoa jurídica de direito público interno representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área Cultura Pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal nº 950/2013, o Fundo Municipal de Cultura surgiu inscrita sobre o CNPJ 20.098.138/0001-82, estando atualmente localizada na Praça 11 de Novembro, 88, Centro de Condado, representando entidade na administração pública no referido município, sendo a sede na Prefeitura Municipal.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br e transparencia.condado.pe.gov.br.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Cultura do Município de Condado integra a Prestação de Contas Anual do Prefeitura Municipal de Condado e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Fundo Municipal de Cultura, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;



Da lei nº 1.044/2018 de 28/11/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021;
Lei 1.036/2017 de 19/09/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018;
Lei 1.043/2017 de 28/11/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Condado para o exercício de 2018;
Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.
Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2018 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, na maioria dos órgãos. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Cultura de Condado, referente ao exercício financeiro de 2018 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da Prefeitura Municipal durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas. Em 2017 e 2018 não foram deduzidas as receitas e despesas intraorçamentárias na DVP, conforme demonstrativo.

1. Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas, sendo:

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras: Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras.

Transferências e Delegações Recebidas: Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais e transferências de instituições multigovernamentais.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores.

2. Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo:

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação do ente público. Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Transferências e Delegações Concedidas: Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais (câmara municipal), instituições privadas sem fins lucrativos.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores.

3. Variações Patrimoniais Qualitativas

As Incorporações de Ativo se referem ao saldo total de aquisições de itens do imobilizados, referentes a bens móveis e imóveis contabilizados como despesa de capital no grupo 4.4.00.00. Os resultados das variações patrimoniais qualitativas apresentam um saldo de R\$ 0,00, sendo este 100,00% menor que o resultado positivo de 2017 num valor total de R\$ 7.006,10.

4. Análise do Demonstrativo

O resultado econômico apurado no exercício entre as variações aumentativas e diminutivas apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 32.384,71.



DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2018, buscando o máximo transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadora municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Prefeito Municipal

JENILSON DE MORAES CLEMENTE
Responsável pelo Controle Interno

MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
Contadora CRC PE nº 020611/O-4

